

Local Deputados pedem respostas sobre expansão das culturas tropicais

Abacates vão ao Parlamento mas os atropelos no Algarve já dão frutos

O Ministério do Ambiente, durante dois anos, pouco fez em relação às culturas tropicais algarvias. Agora, uma cultura já a produzir teve parecer desfavorável na avaliação ambiental. Como corrigir os erros?

Idílio Revez

Com foi possível fazer um pomar com 128 hectares, numa área de “máxima infiltração” aquífera, sem avaliação de impacto ambiental (AIA)? A questão deverá ser colocada ao novo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-Algarve), José Apolinário, hoje, na Comissão Parlamentar de Ordenamento do Território. A audição foi agendada pelo PAN e pelo BE, depois de as associações ambientalistas se terem insurgido contra a nova moda das culturas tropicais, numa região ameaçada pela seca. Nas freguesias de Bensafrim e Barão de São João, duas empresas – Citago e Frutineves – somam cerca 300 hectares de pomares de abacates. No total, esta cultura já ocupa cerca de 1850 hectares no Algarve, segundo os últimos censos agrícolas.

O último projecto da empresa agrícola Frutineves Lda., desenvolvido em 2018, foi alvo de uma coima no valor de 12 mil euros de multa por ter arrasado uma parcela de terreno situado em zona de Reserva Ecológica Nacional (REN). Paga a multa, e com um investimento em curso de seis milhões, as árvores foram plantadas, cresceram, e a primeira colheita sairá este Verão. Os moradores da proximidade da exploração, a maioria estrangeiros, protestaram contra o alegado crime ambiental. Por sua vez, as associações ambientalistas fizeram eco das reclamações, obrigando a que o assunto chegasse à discussão pública. Por fim, a CCDR-Algarve acabou por exigir um estudo de avaliação ambiental (AIA). O processo encontra-se ainda em fase de audição de interessados. Porém, o PÚBLICO soube que a comissão da AIA (liderada pela CCDR) se pronunciou no sentido “desfavorável” ao projecto, fundamentando a recusa “pelos impactos significativos e não passíveis de mitigação ao nível dos recursos hídricos”. O que se vai seguir é uma incógnita. Renaturalizar o terreno, destruindo o pomar, ou deixar tudo como está?

O director regional de Agricultura do Algarve, Pedro Monteiro – outro dos dirigentes regionais a ser chamado ao Parlamento –, irá dar a sua opinião, não sendo de esperar que defenda ideias diferentes da tutela, que aposta no desenvolvimento de



FOTOS: RUI GAUDÊNCIO



As plantações de abacate já ocupam cerca de 1850 hectares no Algarve, segundo os últimos censos agrícolas

Ambiente diz que plantação já instalada tem grandes impactos nos recursos hídricos

uma agricultura moderna e no incremento de novas tecnologias que permitam um uso mais eficiente de sistemas de rega.

Agricultura “sem lei”

Na União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João (Lagos) foram implantados 300 hectares de pomares de abacateiros, em várias parcelas, numa área classificada como de “máxima infiltração” do aquífero Almádena-Odiáxere. A legislação só obriga a AIA se cada uma das parcelas dos pomares atingir 100 hectares. Em sentido oposto a este princípio, as

associações ambientalistas exigem que sejam avaliados os “impactes cumulativos” de todas as áreas de regadio, interpretando as questões ecológicas de forma global. Mas ainda as plantações da Frutineves não atingiam a centena de hectares, diz Rui Amores, autor de uma queixa contra o Ministério do Ambiente (entidade tutelar da CCDR) e o Ministério da Agricultura, e “já havia fundamento jurídico para haver AIA e as autoridades não ligaram coisa nenhuma”.

Fazendo contas, na mesma zona, justifica, concentram-se as explorações da Citago, com 80 hectares, a que se junta outro projecto de mais 50 hectares, a aguardar parecer há três anos. A esta área somam-se as explorações da Frutineves, agora com 128 hectares, e ainda o campo de golfe de Espiche, a cerca de três quilómetros, com 40 hectares. Cumulativamente, todos exercem uma importante pressão sobre os recursos hídricos da região.

Mas o argumento não vingou. Em Julho de 2018, o Ministério da Agricultura, chamado a pronunciar-se, declarou “não estarem reunidos os pressupostos técnicos que poderiam fundamentar a sujeição do projecto [Frutineves] a AIA”. O entendimento jurídico da CCDR foi de que a questão só poderia ser ultrapassada com um

“despacho conjunto” dos ministros do Ambiente e da Agricultura, o que não chegou a acontecer. Caiu-se num impasse. A questão de fundo, alega Rui Amores, é que “não existe uma entidade licenciadora dos projectos agrícolas”, mas recusa a ideia que o assunto se resolve com mais um diploma. “Não precisamos de legislação nova, só precisamos de aplicar a que existe”, enfatiza.

O concelho de Tavira é outro dos municípios que está na mira de empresas espanholas em busca de terrenos para prolongar pelo Algarve o que se passa em Espanha, onde as plantações deste fruto tropical se situam na casa dos 64 mil hectares.

A Direcção Regional de Agricultura estimava em 2 mil hectares a área ocupada com pomares de abacates na região, mas os últimos censos agrícolas referem um pouco menos que isso: 1850. “Não se sabe o que se passa no território, porque não existe fiscalização”, denuncia Rui Amores. E pergunta: “Qual o preço que vamos pagar pelos erros cometidos?”

No quadro das medidas de mitigação da seca, o Plano Regional de Eficiência Hídrica (PREH) admite poder vir a usar uma verba de 200 milhões para dessalinizar água do mar para garantir o abastecimento de água à população. Outra das hipóteses do plano consiste em ir buscar água ao rio Guadiana, a partir do Pomarão, sabendo-se que, em anos de seca severa, Espanha não abre a torneira da gestão partilhada dos recursos hídricos. A Plataforma Água Sustentável (PAS) – uma das 304 entidades que participaram no processo de consulta pública da AIA à exploração agrícola de Barão de São João – chama a atenção não apenas para os consumos de água da agricultura intensiva, mas para o perigo da “contaminação com fertilizantes e pesticidas” no sistema dos aquíferos.

Os pomares de citrinos não desapareceram, mas a moda do cultivo de frutos tropicais veio para ficar. Os estudos sobre as alterações climáticas, em sentido contrário às práticas agrícolas que estão a ser levadas a cabo no Algarve e Alentejo, põem o Sul da Península Ibérica sob “sinal vermelho” a curto prazo no que diz respeito à desertificação. No aquífero Almádena-Odiáxere, respondem os promotores agrícolas, os níveis freáticos têm-se mantido... desde que o Inverno seja chuvoso.